

## CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Lula Marques/Agência Brasil



Congresso cria barreiras, mas quer suas emendas

## É o orçamento, estúpido!

Muito provavelmente, a mesma Câmara que na semana passada aprovou a urgência para o projeto de decreto legislativo que derruba o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) aprovará também sem problemas o projeto que amplia a faixa de isenção do Imposto de Renda (IR). Não exatamente porque, coerentemente, o atual Congresso é contra aumento de im-

postos. Mas pelos efeitos eleitorais de ambas as medidas. A do IR para a faixa de baixo da população, a do IOF e demais tributos para a faixa de cima. O problema é que a soma de ambos aumenta a encalacrada fiscal do governo. Ao mesmo tempo que abre mão de parte do imposto vindo de baixo, não consegue aumentar para quem está acima. E fica mais difícil fechar a conta.

## Contradição

“Há um bocado de contradição, tanto do governo quanto da oposição”, observa o analista político e advogado, Melillo Dinis, integrante do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE). O MCCE é um dos autores da ação que contesta o orçamento secreto.

## 2026

“No fundo, estão todos apresentando seus pacotes de bondades de olho em 2026. Mas é uma conta que não fecha. Um discurso ambivalente, que parece muito mais destinado a produzir efeito nas redes sociais”, considera Melillo. “Era preciso um pouco mais de diálogo”.

Lula Marques/Agência Brasil



Guimarães prega mais justiça tributária

## Não há discussão de políticas públicas

Na avaliação de Melillo Dinis, a execução do orçamento da União pressupõe um diálogo a respeito de políticas públicas. Um diálogo que hoje não existe. O governo não consegue claramente apresentar um plano de desenvolvimento. E, da parte do Congresso, tudo fica pulverizado pelas emendas ao orçamento.

O mesmo governo que amplia a faixa de isenção do IR por ser essa uma promessa de campanha, precisa aumentar a arrecadação para cumprir a meta fiscal. E o mesmo Congresso, por outro lado, que critica o governo por só querer mais impostos e não ser capaz de corta gastos, não abre mão dos bilhões das emendas.

## Justiça

No meio desse tiroteio, o governo tenta emplacar o discurso de que busca maior justiça tributária, propondo uma maior igualdade no peso da conta dos impostos pelas várias faixas da população. O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), vai nessa linha.

## Carga

Em um artigo publicado no Brasil 247, Guimarães apontou que a carga tributária não é tão elevado quanto se alardeia. Varia entre 32% e 33%, enquanto nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) varia entre 34% e 35%.

## Concentração

O problema é a concentração, considera Guimarães, com o grande número de isenções para os mais ricos. “Quem banca a República no Brasil é a classe média”, comenta José Guimarães. “O fato é que os ricos não querem pagar imposto”, acusa o líder do governo.

## Sonogação

Recentemente, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, estimou que a sonogação de impostos no Brasil alcança mais de R\$ 500 bilhões. “Com apenas 10% desse total, zerávamos o déficit de R\$ 50 bilhões”, comenta Guimarães. Mas ninguém quer pagar.

## Lira dá parecer favorável e isenção do IR avança

Com regime de urgência aprovado, projeto vai direto ao plenário

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

Por Karoline Cavalcante

O deputado federal Arthur Lira (PP-AL) apresentou, nesta segunda-feira (23), parecer favorável ao Projeto de Lei (PL) 2692/2025, que propõe a atualização dos valores da tabela progressiva mensal do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). A principal alteração proposta é o aumento do limite da primeira faixa, isenta de tributação, que passaria de R\$ 2.259,20 para R\$ 2.428,80. O regime de urgência da proposta foi aprovado pela Câmara dos Deputados na última segunda-feira (16) e dá continuidade à Medida Provisória (MP) 1.294/2025, editada pelo governo federal em abril.

Embora a MP já tenha entrado em vigor, ela tinha caráter temporário, e para garantir sua permanência, o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), apresentou um PL com o mesmo conteúdo. Com a urgência aprovada, Lira — que é o relator do texto — ajustou um substitutivo, incluindo a revogação da medida anterior para assegurar sua tramitação de forma regular.

A atualização da tabela, que representa um aumento de 7,5% no limite da alíquota zero, garantirá isenção integral para contribuintes que recebem até R\$ 3.036,00 mensais. A renúncia fiscal estimada será de R\$ 3,29 bilhões para 2025, R\$ 5,34 bilhões em 2026 e R\$ 5,73 bilhões em 2027. Embora o impacto imediato seja significativo, Lira ressaltou que as medidas compensatórias que



Parecer de Lira é primeiro passo para isenção do IR até R\$ 5 mil

acompanham o projeto garantirão que, a partir de 2026, os efeitos fiscais sejam neutros para os cofres públicos.

## Distorções

Para o deputado do Progressistas, a atualização da tabela do IRPF faz parte de uma série de ações coordenadas para corrigir distorções no sistema tributário e promover maior justiça fiscal. Ele destacou a necessidade de corrigir uma distorção histórica na tabela do IR, que, devido à falta de atualizações, tem imposto uma carga tributária mais pesada sobre as camadas mais baixas da população. Segundo o deputado, a inflação não refletida nos limites de isenção tem provocado um aumento “perverso e silencioso” da carga

tributária, afetando principalmente os cidadãos de menor poder aquisitivo.

“Cumpra a este Parlamento, portanto, agir para mitigar os efeitos dessa distorção, que onera injustamente a base da pirâmide social e contraria o espírito de progressividade que deve nortear nosso sistema”, declarou o ex-presidente da Casa Baixa.

## “Não é ato isolado”

Lira lembrou ainda que o Projeto de Lei (PL 1.087/2025), também sob sua relatoria, propõe uma reforma mais ampla do sistema tributário, incluindo a ampliação da faixa de isenção para rendimentos de até R\$ 5 mil mensais e uma tributação mínima para

altas rendas. Para o parlamentar, a aprovação da proposta da última semana não deve ser vista como um “ato isolado”, mas como um passo fundamental para viabilizar o aumento da isenção. A expectativa é que o parecer sobre essa segunda proposta seja divulgado ainda nesta semana, conforme dita o plano de trabalho, com a Comissão Especial da Câmara já em andamento.

O relator concluiu o documento destacando que reconhece que o projeto aprovado satisfaz o crivo da responsabilidade fiscal, “permitindo que seus inegáveis benefícios sociais sejam implementados com a segurança de que não se constituem em risco para a estabilidade econômica do país”.

## Camilo Santana rejeita cortes orçamentários na educação

José Cruz/Agência Brasil



Camilo defende uso de emendas na educação

Enquanto o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é pressionado para cortar gastos, o ministro da Educação, Camilo Santana, defende ampliar os investimentos em educação, inclusive para universalizar o programa de bolsas do ensino médio, o Pé-de-Meia, a principal vitrine da atual gestão.

Em entrevista ao jornal Folha de S.Paulo, Camilo diz ser “terminantemente contra” qualquer corte na área, apesar de reconhecer a necessidade do equilíbrio fiscal.

Nos últimos debates sobre medidas fiscais, aventou-se a possibilidade de reduzir a parcela da União no Fundo para Educação do Ensino Básico (Fundeb) e o fim do piso constitucional de investimento na educação e saúde. Por enquanto, isso não avançou, o que é comemorado pelo ministro.

“A gente tem de investir forte na juventude e não ficar sempre nesse passo lento em relação a outros países que conseguiram dar um salto de forma mais rápida”, diz.

## Emendas

Camilo cobra o Congresso, sobretudo com relação ao volume de emendas parlamentares. “As emendas poderiam fazer parte de uma estratégia da política do governo”, diz. “Quem foi eleito para governar o país foi o presidente.”

Ele defende que parte das emendas vá para a educação, inclusive para universalizar o Pé-de-Meia. O programa cus-

ta R\$ 12 bilhões por ano ao contemplar só quem está no Cadastro Único, atendendo 4 milhões de alunos. As redes públicas somam 6,7 milhões de alunos na etapa.

## Otimista

O ministro se declarou otimista com os avanços na educação.

“Claro que são desafios enormes em um país continental, com limitações orçamentárias. A educação precisa andar mais rápido neste país. Mas acho que temos um presidente muito sensível à educação”, afirmou.

“O grande desafio está na educação básica, e essa foi a orientação do presidente. Quando um terço da popu-

lação não conclui a educação básica, é um prejuízo para um país. Do ponto de vista social e econômico. O nosso objetivo é melhorar os indicadores e tem a questão de qualidade dos professores, aprendizagem, permanência e equidade”, continuou o ministro, defendendo a ampliação em tempo integral. “O tempo integral é a maior política que este país pode fazer, e com impacto na segurança pública”.

Segundo Camilo Santa, há uma meta de um milhão de matrículas em tempo integral por ano.

“Nós temos uma meta de um milhão [de matrículas] por ano. Chegamos a quase um milhão no ano passado, neste ano também”, afirmou.

## Cortes

Na entrevista, o ministro reagiu pesado à possibilidade de cortes atingindo a educação. “Sou terminantemente contra qualquer corte em educação. Porém, fui gestor e sei que para o governo atender a demandas sociais e fazer investimento precisa ter equilíbrio fiscal. Precisamos fazer um debate mais profundo. O Brasil é um país muito desigual e a concentração de renda é muito grande. Então, quem tem mais precisa pagar mais. A grande justiça tributária precisa ser feita”, defendeu.

Ele criticou a proposta feita pela equipe econômica do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de déficit zero.

“Acho que o governo não deveria ter proposto déficit zero logo no primeiro ano. Isso amarrrou, engessou a capacidade de investimento do governo”, afirmou.

E defendeu o estabelecimento de uma estratégia de políticas públicas para as emendas parlamentares.

“Nada contra as emendas, mas as emendas poderiam fazer parte de uma estratégia da política do governo. Quem foi eleito para governar o país foi o presidente”, considerou.

Ele defendeu, por exemplo, que os recursos das emendas na educação poderiam ser utilizados para universalizar o programa Pé-de-Meia, que auxilia as famílias de estudantes do ensino médio.

Paulo Saldaña (Folhapress)